



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

### CONCLUSÃO

Em 04/10/2013 , faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu, \_\_\_\_\_, Escr., subscrevi.

### SENTENÇA

Processo nº: **0009384-84.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Hiroshi Tejima**  
 Requerido: **Banco Bradesco Sa**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Hiroshi Tejima** move ação em face do **Banco Bradesco S/A**, dizendo que o réu averbou injustamente restrição financeira sobre o seu veículo VW, modelo Fox 1.6, Plus, cor prata, ano de fabricação 2006, modelo 2007, placas DSE-5810-São Carlos. Não se trata de veículo alienado fiduciariamente. Não existe processo judicial contra o autor que pudesse ter ensejado o lançamento dessa restrição. Necessita licenciar o veículo até dezembro, sob pena de ficar privado de circular pelas vias públicas. O direito de propriedade do autor foi afetado por essa conduta do réu. Pede liminarmente o desbloqueio do veículo, liberando-o para ser licenciado ou transferido. Pede a procedência da ação para compelir a ré a esse desbloqueio e o cancelamento da injusta restrição financeira, imputando ao réu os ônus da sucumbência. Documentos às fls. 12/21. A antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional foi concedida a fl. 22.

O réu foi citado (fl. 31). A liminar foi cumprida às fls.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
2ª VARA CÍVEL  
Rua Sorbone, 375, . - Centreville  
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

33/34.

O réu contestou às fls. 37/42 dizendo que não são verdadeiros os fatos articulados na inicial. O veículo foi dado em garantia em contrato que o réu celebrou com a empresa Tejima Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. ME, e pelo nome familiar é fácil perceber que o autor foi parte na celebração do contrato, origem do gravame. Improcede o pedido inicial. Documentos às fls. 44/48.

Réplica às fls. 52/53. Cópia da CCB às fls. 61/73.  
Manifestação do autor a fl. 76.

### **É o relatório. Fundamento e decido.**

Impõe-se o julgamento antecipado da lide nos termos do inciso I, do artigo 330, do CPC. A prova é essencialmente documental e está nos autos.

A cédula de crédito bancário de fls. 61/63 confirmou que o autor celebrou com o réu contrato de empréstimo e o veículo descrito na inicial foi dado em garantia fiduciária em favor do réu, conforme fl. 64.

A CCB é título executivo extrajudicial, não se ressente de vício externo ou interno, tanto que o autor a fl. 76 não questionou a higidez desse instrumento contratual. O gravame que recaiu sobre o veículo tem pois base contratual. O plano de amortização do financiamento consta pormenorizado a fl. 64 e as obrigações mensais e consecutivas tiveram seu vencimento inicial em 24.9.2012 e se estenderão até 24.8.2015.

A garantia fiduciária obedeceu rigorosamente ao disposto no Decreto-Lei 911, tendo desde a sua constituição provido o réu do indispensável interesse e legitimidade para averbar o gravame no CRV, através do Detran. Inexiste motivo para subsistir a decisão concessiva da antecipação dos efeitos da tutela



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

jurisdicional. O ato jurídico firmado entre as partes mostrou-se válido e eficaz.

**JULGO IMPROCEDENTE** a ação. Casso a decisão liminar de fl. 22. Autorizo o réu a reativar a averbação do gravame no CRV do bem dado em garantia fiduciária. Condeno o autor a pagar ao réu, R\$ 600,00 de honorários advocatícios, nos termos do § 4º, do artigo 20, do CPC, além das custas finais e as de reembolso. Depois do trânsito em julgado, o cartório intimará o réu a, em 10 dias, formular requerimento da fase de cumprimento da sentença. Desde que o faça, o servidor providenciará a intimação do autor para os fins do artigo 475-J do CPC. Findo o prazo de 15 dias, sem o correspondente pagamento, incidirá multa de 10%, quando então se abrirá vista ao réu para indicar bens do autor aptos à penhora. Se o réu não formular o pedido da fase de cumprimento da sentença no mencionado prazo, os autos serão remetidos ao arquivo provisório. Desde já oficie à CETIP (fl. 33) para reativar a restrição financeira no veículo ali descrito.

P.R.I.

São Carlos, 15 de outubro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**